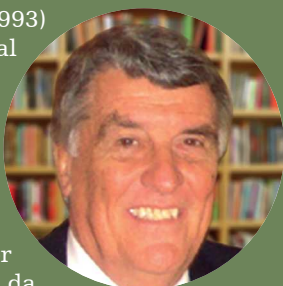


UNIVERSIDADE DE DEFESA NACIONAL

Brigadeiro Delano Teixeira Menezes

O Brigadeiro Delano é o Diretor do Campus Brasília da Escola Superior de Guerra (ESG). Graduado pela Academia da Força Aérea em 1969, é mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2007), especialista em Política e Estratégia pela ESG (1993) e Política e Estratégia Aeroespacial pela Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Foi professor no Curso de Especialização em Relações Internacionais da Faculdade Católica de Fortaleza. É membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Foi Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea (UNIFA) e Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da ESG. Autor do livro *O Militar e o Diplomata – Órfãos da Política*, e *Como Pensam os Militares – A Construção Social da Subjetividade dos Militares* (delanotm@esg.br).



Desde a criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, vêm acontecendo transformações positivas nas relações entre as três Forças e entre os militares, o Poder Político e a sociedade. No âmbito das Forças, as interações têm acontecido nos setores mais evidentes e de mais fácil sistematização, entre eles, os sistemas logísticos e de operações.

A logística militar como um todo está vivendo um período de integração, começando pelo processo de catalogação, pressionado pela ordenação da Base Industrial de Defesa em que a identificação racional de componentes é indispensável.

Na área de emprego das forças militares, as questões da interoperacionalidade têm sido tratadas com objetividade diante das demandas do emprego moderno das Forças Armadas, onde a ação conjunta se mostra inexoravelmente mais eficiente e econômica.

A crescente participação do Poder Político

nas questões militares tem gradativamente se mostrado mais eficaz nas formulações de políticas que amparam a eficiência do emprego das Forças Armadas, tornando mais transparente a obtenção de recursos e, principalmente, elevando ao mais alto nível político os aspectos militares da Defesa Nacional, expondo para a sociedade a situação e as reais necessidades da defesa do país.

Não tememos afirmar que a criação do MD elevou para o nível político, como deve ser, um assunto que antes ficava encapsulado na esfera militar. Esse fato obrigou a busca de conhecimento para melhorar a percepção estratégica do emprego de forças militares na defesa da soberania e dos interesses nacionais. Essa nova demanda atraiu a sociedade para o debate e, como não poderia deixar de ser, o meio acadêmico passou a interessar-se pelo tema com maior profundidade.

Cada vez mais têm surgido universidades pelo Brasil afora que oferecem cursos vocacionados ao tema defesa. Em 2005 foi criada a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), entidade que congrega pesquisadores do mundo acadêmico que se dedicam ao estudo e à pesquisa nessa área e que promove encontros para o debate e a divulgação de interessantes trabalhos acadêmicos voltados para a defesa nacional.

Essa nova dinâmica da defesa nacional e dos assuntos militares, surgida após a criação do MD, fez com que surgissem, dentro do próprio MD, demandas por conhecimentos diversificados. Tais conhecimentos estão dispersos, mas são indispensáveis à

formulação de políticas que sintonizem a defesa nacional com as ações do país em um cenário internacional dinâmico, com as possibilidades do país e com a sociedade.

A vontade de cobrir essa lacuna fez com que diversas iniciativas fossem ganhando forma. Uma delas foi a expansão da Escola Superior de Guerra (ESG) para a Capital do país, prevista na Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada em dezembro de 2008, sem afetar as atividades já desenvolvidas na ESG do Rio de Janeiro. O *campus* de Brasília abrigará o comando e a administração central da Escola e se propõe a intensificar as relações com a alta administração do governo federal e com o meio acadêmico de Brasília, com o objetivo de aperfeiçoar a formação de recursos humanos em assuntos de defesa.

O núcleo do *campus* de Brasília, que atua provisoriamente em instalações do MD, já está na quinta versão dos cursos que oferece com grande aceitação pelos funcionários dos órgãos da administração federal, da justiça, do meio acadêmico e outras entidades públicas e privadas com sede em Brasília.

Ao mesmo tempo em que o *campus* de Brasília busca maior aproximação com o segmento civil da esfera pública e privada e com as universidades, o *campus* do Rio de Janeiro está vocacionado aos estudos de defesa no âmbito militar, vocação esta determinada pela proximidade com as Escolas de Altos Estudos das três Forças Singulares, sem, no entanto, desmobilizar os cursos tradicionais voltados para a área civil que lá existem desde sua fundação.



Aula Magna proferida pelo Ministro de Estado da Defesa, Jaques Wagner, para os cursos de Alto Estudos.

A outra iniciativa foi a criação do Instituto de Estudo de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC) no *campus* do Rio de Janeiro da ESG, o qual, numa ação integradora, busca consolidar doutrinas de emprego conjunto das Forças Armadas realizando estudos em sintonia com as Escolas e os Estados-Maiores, na busca de doutrina que contribua para a perfeita interoperacionalidade da Expressão Militar do Poder Nacional.

Neste mesmo rol, foi criado o Instituto Pandiá Calógeras (IPC), vinculado diretamente ao Ministro da Defesa, com o propósito de buscar maior intimidade com o meio acadêmico civil para identificar as interpretações que os intelectuais e a sociedade dão às questões da defesa e da segurança nacional, sem nenhuma “contaminação” do pensamento dos militares.

Além disso, na estrutura atual da ESG, existe, há muito em funcionamento, o Centro de Estudos Estratégicos e o Centro de Atividades Externas e de Extensão, cuja natureza das atuações pode ser identificada pela própria designação. Talvez falte ainda ser criado um instituto que se dedique à pesquisa e à sistematização de conhecimentos na área da indústria de defesa.

Estão aí, portanto, os componentes constitutivos de uma Universidade de Defesa Nacional, se considerarmos que a universidade é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo de um campo do conhecimento humano.

Como mencionado, a Defesa e a Segurança Nacionais estão na iminência de serem reconhecidas como área multidisciplinar

do conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, ou, pelo menos, estão na pauta de discussão destes órgãos certificadores.

Portanto, parece ser este o momento adequado para o debate, no âmbito do MD, sobre a criação da Universidade de Defesa Nacional, que integraria esses componentes em um conjunto coerente de ações sob a coordenação de um reitor. Além das vantagens de uma administração centralizada dos recursos para o ensino e pesquisa, o produto final oferecido teria melhor correlação com as diversas áreas disciplinares que compõem a defesa nacional.

Na agenda de debates sobre esse tema é importante levar em consideração o mandato do reitor da universidade. O modelo atual para o comando da ESG, com previsão de rotatividade de dois anos (que nem sempre é concretizada), não tem se mostrado o mais adequado para uma instituição de ensino. Essa prática de alta rotatividade tem

obstaculizado a continuidade de projetos de longo prazo. Além disso, tem feito com que o Corpo Docente permaneça em renitente estado letárgico, fazendo com que projetos de modernização acadêmica sejam descontinuados ou avancem muito lentamente.

Com a criação da Universidade de Defesa Nacional, a função de reitor poderia ser um cargo comissionado a ser exercido, pelo período de quatro anos, por um oficial-general do último posto que, ao assumi-lo, passaria para a reserva e seria reconvocato, permanecendo uniformizado, e seria mantido o revezamento entre as Forças para cada período. O seu estafe continuaria composto

... tornando mais transparente a obtenção de recursos e, principalmente, elevando ao mais alto nível político os aspectos militares da Defesa Nacional, expondo para a sociedade a situação e as reais necessidades da defesa do país.

por um oficial-general do primeiro posto da ativa de cada força e um representante do Ministério das Relações Exteriores como seus assistentes.

Nessa estrutura, cada *campus* da ESG teria um diretor que poderia ser um oficial-general de qualquer uma das Forças, da ativa ou da reserva, considerado o perfil de cada

um em função da vocação de cada *campus*. Os Institutos e o Centro de Estudos Estratégico estariam ligados diretamente ao Reitor.

Com esta proposta, o MD daria mais um passo importante no seu papel de consolidar práticas estruturantes, amparando um campo do conhecimento que ganha força na sociedade e que é a sua área de domínio.



Civis e militares do curso de Alto Estudos de Política e Estratégia